



SAÚDE

Anvisa libera droga que freia o Alzheimer

Remédio é caro, mas traz resultados animadores no estágio inicial da doença, que é a principal causa de demência no mundo

» RAFAELA BOMFIM*

AAgência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a comercialização do Leqembi, medicamento indicado para pessoas diagnosticadas com a doença de Alzheimer em estágio inicial. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2025 e permite o registro do fármaco no país, embora ainda não haja previsão para início das vendas. O produto utiliza o anticorpo monoclonal lecanemabe e é voltado a pacientes que já apresentam demência leve associada à enfermidade.

De acordo com os estudos que embasaram a análise da agência, o lecanemabe atua na redução das placas beta-amiloïdes no cérebro, acúmulos de proteínas considerados uma das principais características biológicas do Alzheimer. O medicamento é apresentado como solução para diluição e aplicação por infusão intravenosa, realizada a cada duas semanas, com duração aproximada de uma hora, em ambiente hospitalar e sob supervisão médica.

A avaliação de eficácia clínica foi baseada em um estudo principal que envolveu 1.795 participantes com diagnóstico inicial da doença e presença comprovada de placas beta-amiloïdes. Durante 18 meses, um grupo recebeu o medicamento, enquanto outro foi submetido a placebo. Segundo a Anvisa, "a principal medida de eficácia foi a mudança nos sintomas após 18 meses", aferida por meio da escala CDR-SB — instrumento utilizado para mensurar a gravidade da demência associada ao Alzheimer. A ferramenta reúne perguntas que indicam o impacto do comprometimento cognitivo nas atividades diárias.

Ainda conforme os dados analisados, no subgrupo de 1.521 pessoas avaliadas, aqueles que utilizaram o lecanemabe apresentaram progressão menor na pontuação da CDR-SB quando comparados aos participantes que receberam placebo. O resultado indica desaceleração do declínio cognitivo, sem interrupção do curso da doença.



Liberado nos Estados Unidos, o lecanemabe foi testado em 1,7 mil pessoas e mostrou-se eficiente em retardar o avanço do Alzheimer em estágio inicial

O Leqembi é comercializado pelas farmacêuticas Biogen e Eisai e integra uma nova geração de terapias baseadas em anticorpos monoclonais voltados à remoção de depósitos amiloïdes ao redor dos neurônios. Nos estudos clínicos, a intervenção foi associada a uma redução de 27% no ritmo da perda cognitiva ao longo de 18 meses. Quando os dados foram divulgados, em 2022, foi a primeira vez que uma substância demonstrou interferência direta no processo patológico do Alzheimer.

Remédio caro

Apesar do avanço, a adoção do tratamento enfrenta limitações. Entre elas estão o custo elevado e a necessidade de monitoramento rigoroso. No Brasil, o valor ainda

não foi definido, uma vez que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos precisa estabelecer o preço máximo. Nos Estados Unidos, o gasto anual gira em torno de 26,5 mil dólares, o equivalente a cerca de 143 mil reais na cotação atual.

No cenário nacional, outro medicamento da mesma classe, o Kinsula, já disponível em alguns serviços de saúde, é comercializado por aproximadamente 24 mil reais mensais, superando 200 mil reais por ano. Em estudos clínicos, esse tratamento demonstrou redução de até 35% na perda cognitiva em 18 meses, índice ligeiramente superior ao observado com o lecanemabe.

Ambas as terapias exigem indicação criteriosa, aplicação por equipes especializadas e

US\$ 26,5 MIL (R\$ 143 MIL)

é o custo do tratamento anual com medicamento à base de lecanemabe

acompanhamento contínuo para mitigação de riscos. Entre as reações observadas durante os testes estão hemorragias cerebrais, eventos relacionados à infusão e cefaleia. Também foram registrados casos de edema cerebral, alguns com potencial de gravidade, o que

reforça a necessidade de protocolos clínicos rigorosos.

Alta prevalência

A autorização ocorre em um contexto de elevada prevalência da doença. O Alzheimer é a principal causa de demência neurodegenerativa no mundo e, no Brasil, mais de 1 milhão de pessoas convivem com o diagnóstico, segundo dados do Ministério da Saúde. Até recentemente, as opções terapêuticas disponíveis no país eram direcionadas, sobretudo, ao controle de sintomas, sem impacto comprovado sobre o mecanismo central da enfermidade.

Historicamente, até a década de 1970, o conhecimento científico se limitava à associação entre envelhecimento, atrofia cerebral

» Mounjaro falsificado

A fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a apreensão de um lote falsificado do medicamento Mounjaro, utilizado no tratamento de obesidade e diabetes. O lote D838878 do Mounjaro não foi reconhecido pela fabricante Eli Lilly em comunicado à Anvisa. Outro medicamento falsificado suspenso pela agência é o Imbruvica, utilizado no tratamento de cânceres do sangue, como leucemia, linfoma e mieloma. Os lotes NIS7G01, NJSTJ00 e PJS0B00 do produto devem ser apreendidos. A fabricante Janssen-Cilag informou à Anvisa que não produziu esses lotes, e o registro do fármaco em cápsulas foi cancelado. Também foi alvo da ação fiscal o Voranigo de 40 mg, indicado para o tratamento de tumores cerebrais. O lote FM13L62 teve apreensão e proibição determinadas pela fiscalização.

e acúmulo de proteínas anormais, como a tau, presente no interior dos neurônios, e a beta-amiloide, depositada no espaço extracelular. As abordagens então utilizadas se concentravam em medidas de suporte, mudanças de hábitos, vitaminas e estimulantes da memória, sem evidência de eficácia clínica.

Com o avanço da pesquisa biomédica, a compreensão das bases da doença se ampliou, permitindo o desenvolvimento de estratégias voltadas à sua fisiopatologia. A liberação do lecanemabe reflete esse percurso científico e inaugura uma nova etapa regulatória no país, ao autorizar um tratamento que atua diretamente sobre um dos alvos centrais do Alzheimer, ainda que com benefícios graduais e condicionados a critérios rigorosos de uso.

TRANSPORTE

Passagens aéreas ficam mais baratas

» PEDRO JOSÉ*

O preço médio das passagens aéreas registrou queda de 20% em novembro de 2025 na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Segundo levantamento divulgado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, nesta quinta-feira (8/1), com base em dados da Agência Nacional de Aviação Civil, o valor médio do bilhete passou de R\$ 758,87, em novembro de 2024, para R\$ 607,85 neste ano.

Em relação a novembro de 2022, quando o preço médio era de R\$ 727,98, a redução supera 16%. O estudo aponta que mais da metade das passagens vendidas no período custaram menos de R\$ 500, enquanto quase um terço foi comercializado por até R\$ 300.

De acordo com os dados, 28,2% dos bilhetes vendidos em novembro de 2025 ficaram abaixo de R\$ 300 e 55,6% custaram menos de R\$ 500. Apesar de 6% das passagens ultrapassarem o valor de R\$ 1.500. Em novembro de 2024, esses percentuais eram menores: 17% dos bilhetes haviam sido vendidos por até R\$ 300, 41,9% por até R\$ 500 e 10% acima de R\$ 1.500.

O levantamento também aponta que o preço médio do querosene de aviação caiu 4% na comparação entre novembro de 2024 e novembro de 2025, passando de R\$ 3,72 para R\$ 3,57. No acumulado de 2025, entre janeiro e novembro, o valor médio das passagens recuou 3%, ao sair de R\$ 658,94 em 2024 para R\$ 639,22 neste ano.



Combustível

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho,

atribuiu a queda à atuação do governo em medidas voltadas ao setor aéreo, em especial à redução do custo do querosene de aviação. Segundo ele, o combustível "representa cerca de 35% dos gastos das companhias aéreas. Custo mais baixo significa tarifa

áerea menor e mais acessível ao povo brasileiro".

O secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, destacou que "a redução do preço médio das tarifas aéreas é resultado do aumento de competitividade do setor aéreo brasileiro. O governo federal tem trabalhado para criar um ambiente regulatório compatível com as melhores práticas internacionais. Nossa objetivo tem sido estimular a realização de investimentos e atrair novas empresas para o nosso mercado. Isso se traduz em passagens mais acessíveis e em mais brasileiros podendo voar".

* Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria